

CEMITÉRIO DOS DEGOLADOS: PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA COLETIVA EM SANTO AUGUSTO/RS

Larissa Licks¹

RESUMO

Este trabalho analisa os vestígios do espaço do Cemitério dos Degolados de 1923 e, em cotejo com documentos, discute o processo de patrimonialização que está sendo explorado como um espaço significativo para a história e a identidade cultural de Santo Augusto, RS. Os cemitérios vão além de simples locais de sepultamento, são espaços ricos em memórias coletivas e individuais, refletindo as tradições e valores de uma comunidade. O presente trabalho enfatiza que os cemitérios são fontes valiosas de pesquisa histórica, oferecendo *insights* sobre práticas funerárias e as relações sociais de diferentes períodos. Propõe-se a uma desnaturalização dos cemitérios, incentivando uma reflexão sobre sua historicidade e os significados que lhes são atribuídas. Com a pesquisa, evidencia-se como o Cemitério dos Degolados, um patrimônio cultural que conecta passado e presente, é essencial para a construção da identidade local e a preservação da memória histórica.

Palavras-Chave: História. Patrimônio Cultural. Cemitério. Memória.

INTRODUÇÃO

O Cemitério dos Degolados de Santo Augusto se origina em meados do ano de 1923 em meio à Revolução de 1923 que se desenrolava no Rio Grande do Sul. Sendo uma região marcada pela violência dos piquetes revolucionários e embates entre as partes políticas maragatas e chimangas, nesse ano um desses embates resultou no cemitério que hoje faz parte da história e memória da comunidade de Santo Augusto (Oliveira, 2000).

Em uma manhã de 1923 as forças do General Tarquino de Oliveira, ao se deslocarem de Santo Ângelo – RS para reforçar as tropas de Major Câncio em Campo Novo – RS, passaram pela comunidade de Portão Velho². Ao chegarem perto do “Bolicho do Biriva” foram emboscadas pelo piquete maragato do coronel Cardoso de Santo Augusto e esse embate de troca de tiros resultou em seis fatalidades e dois feridos do lado maragato que bateu em retirada. O General Tarquino de Oliveira, após o embate, realizou um Conselho de Guerra com seus oficiais, no qual foi decidido que degolariam os prisioneiros e os homens que haviam padecido em combate e os deixariam ali mesmo para deixar de “mensagem” (Oliveira, 2000).

¹ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul e mestranda do Programa de Pós-Graduação em História - Universidade de Passo Fundo.

² Hoje denominada Vila Pedro Paiva, zona rural de Santo Augusto.

Diante disso, as forças de Tarquino seguiram caminho até Campo Novo e a tarde como os corpos estavam se decompondo e já cheirando mal, coube às mulheres e crianças da comunidade local, junto a um dos mais antigos moradores da comunidade o Tio Castro³, que tomou a iniciativa de cavar uma vala comum já meio aberta por um carreteiro de gados e enterrar os oito homens padecidos em combate, sem caixão, sem descrição e sem nenhuma honraria ou rito de passagem além do “terço das excelências” que foi rezado por Tio Castro (Licks, 2023).

PROBLEMATIZANDO O CEMITÉRIO

Para compreender a historicidade e significados em torno do Cemitério dos Degolados é importante desnaturalizá-lo. O cemitério é um espaço que pode ser trabalhado numa perspectiva histórica e para além disso, esse espaço pode ser considerado um bem patrimonial imóvel, uma vez que conta as narrativas da morte e de suas celebrações ao longo de determinada época. Sobre a questão das primeiras configurações e características dos espaços nos quais os cemitérios⁴ estiveram inseridos, Oliveira (2014) explana que eles surgem entre os períodos paleolítico e neolítico. Enquanto os hominídeos pré-históricos não possuíam um assentamento ou cidades e ainda eram caçadores-coletores nômades, seus mortos já tinham uma morada final permanente, fossem elas sepulturas agrupadas, individuais, coletivas, dentro de cavernas ou não. Segundo Mumford (1998, p.13):

A cidade dos mortos antecede a cidade dos vivos. Num sentido, aliás, a cidade dos mortos é a precursora, quase o núcleo, de todas as cidades vivas. A vida urbana cobre o espaço histórico entre o mais remoto campo sepulcral da aurora do homem e o cemitério final, a Necrópolis em que uma após outra civilização tem encontrado o seu fim.

³ Benedito de Castro era um ex-escravo (alforriado) mais conhecido na região como “Tio Castro”, se incumbiu de ensinar a ler, escrever e executar as quatro operações matemáticas para os filhos das famílias que o contratavam antes mesmo de haver escolas públicas. Deveras querido na região, durante a Revolução de 1923 foi contratado para assumir a administração da casa comercial de Pedro Paiva Machado na “[...] expectativa de que não sofreria saques ou roubos, porque ‘Tio Pequeno’ era benquisto no lugar e, qualquer que fosse o piquete existente nesta região, tinha algum integrante que aprendeu a ler com ele. [...]”, o que realmente funcionou. (Oliveira, 2000, p. 85).

⁴ A palavra cemitério se origina do grego *Koumetèrion*, segundo Oliveira (2014), e se refere ao local onde se dormia, mais tarde segundo Rezende (2007) essa expressão foi apropriada pela Igreja Católica, pois o descanso de Jesus Cristo morto foi feito na mansão dos mortos até ele ressuscitar, na qual passaram a usar a palavra oriunda do latim *coemeterium*.

Diante desse pressuposto, o cemitério, abrangerá um papel fundamental para compor uma característica única e que envolve diversas camadas. Entre elas, podemos destacar a educação, cabendo também estabelecer uma conexão simbólica diante ao espaço em que ele está inserido, pois há questões que podem se tornar mais explícitas que outras, como por exemplo, o social, o cultural, o econômico, e por fim, o político.

Sendo assim, ao caracterizar o objeto de estudo como parte de uma significativa fonte histórica, podemos analisar diversos pontos que irão fazer parte de conexões simbólicas da representação dos cemitérios sobre o olhar histórico. É observado a partir deste pensamento, os processos que ocorrem em âmbito de vida e pós vida, pois abrangem questões como por exemplo: memória; patrimonialização; ritualizações, entre outras (Föetsch; Oliveira, 2020). Essas questões são oriundas dos processos sociais que buscam manter viva a memória de entes queridos que, a partir desses valores, estão intrínsecos nesses espaços ao longo de sua história.

Na perspectiva histórica, os estudos dos cemitérios como fonte, segundo Bellomo (2000), podem abranger várias vertentes. Entre elas, as memórias tanto familiares quanto das comunidades; as genealogias das famílias; as ideologias políticas; as formações étnicas das cidades; as crenças religiosas de diversas comunidades; as perspectivas de vida dos indivíduos em determinados períodos históricos; as posições que as populações tomam em relação à morte; etc. No mesmo sentido, Grassi (2016, p. 01) destaca que:

Os estudos cemiteriais surgem como formas de investigação que tomam locais de sepultamentos enquanto objeto ou fonte de pesquisa. Seja pela análise individual do túmulo ou pela do conjunto, são contempladas as mais variadas formas e configurações de cemitérios, campos santos e necrópoles. Levando-se em conta a progressão conceitual e tipológica dos enterramentos ao longo dos séculos, incluem-se os locais internos e externos de sepultamentos em casas, templos, igrejas, cemitérios de escravos, de indigentes, confessionais ou extramuros, públicos ou privados, em tipologias extramuros, convencional, parque, jardim, vertical, memorial ou crematório.

Nessa perspectiva, a análise da questão cemiterial no Brasil, deve levar em consideração a colonização do país pela coroa Portuguesa e a influência que a Igreja Católica retinha sobre a questão dos mortos, que segundo Caino e Roedel (2017) sempre foi um fator a se considerar na ocupação do espaço, pois o costume era inumar as pessoas sob o assoalho de espaços eclesiais ou em torno das igrejas e capelas. De acordo com Oliveira (2018), o que geralmente estava atrelado ao discurso de garantir às almas dos mortos um “lugar” no paraíso ou espaço celestial era a salvação eterna, segundo a religião cristã, principalmente pela

proximidade do sepultado ao “reino de Deus”, ou seja, a igreja; o que posteriormente garantia uma proximidade dos vivos com os mortos, pois em cada missa que os vivos participavam, visitavam seus entes queridos falecidos.

No entanto, somente aqueles que fossem “merecedores” poderiam ser inumados em solo eclesiástico, o que geralmente era atrelado à quantidade de bens que as pessoas possuíam, sua influência na comunidade, sua religião e também seus pecados (Licks, 2023). Oliveira (2018, p. 04) complementa que “[...] segundo a Igreja, nem todos os indivíduos eram merecedores da alma eterna.”, pois a muitos eram negados os serviços eclesiásticos, inclusive escravos, suicidas, infiéis, pagãos, judeus, heréticos, etc., o que implicava que as vezes os sujeitos eram enterrados sem identificação em covas rasas e com o passar do tempo podiam ser suscetíveis a terem os restos mortais retirados dali para dar lugar a outros cadáveres.

A partir dessa reflexão, Dillmann (2013) afirma que a secularização desses cemitérios, ou seja, a construção desses cemitérios ou necrópoles consagra a separação do Estado e da Igreja. Enquanto passam por mudanças visíveis no século XIX, devido ao desenvolvimento das Ciências Médicas, como explana Oliveira (2018), e uma maior atenção do Estado com a questão da higienização dos espaços urbanos por conta das epidemias existentes que causaram milhares de mortes e a criação de leis que inclusive impediam o sepultamento dentro de igrejas.

Muitos cemitérios brasileiros atualmente são construções desse período. Segundo Oliveira (2014, p. 01) assim “como grande parte da arquitetura brasileira do século XIX, estes espaços também sofreram forte influência dos padrões europeus, seguindo os modelos dos cemitérios tradicionais da época que sobrevive até os dias de hoje”, pois é nesse momento que surgem os grandes projetos dos cemitérios urbanos no país e inclusive as inumações passam a ser feitas em áreas mais afastadas das cidades chamadas de “campo santo”, saindo assim das igrejas.

No entanto, não podemos afirmar que esse processo foi completamente aceito e inquestionado pela sociedade brasileira. Segundo Dillmann (2013), isso gerou uma revolta popular que ficou conhecida como a Revolta da Cemiterada. Embora essa revolta tenha acontecido na Bahia, ela serve para mostrar que a mudança foi vista pela população como uma agressão à memória dos mortos e uma profanação tão profunda que impediria a salvação das suas almas. Somente décadas depois, de acordo com Oliveira (2018), em meados de 1850, que a resistência da população quanto a construção e secularização dos cemitérios começa a reduzir, principalmente por causa das epidemias de cólera-morbo, o que, segundo Caino e Roedel

(2017), consequentemente faz com que a partir de então os ideais sanitaristas passem a ordenar as cidades.

Mesmo sendo inserida no Brasil no século XIX, essa prática não era novidade para o resto do mundo. De acordo com Oliveira (2018, p. 12), a “transfiguração do cemitério em uma nova instituição social e cultural representou, sobretudo, a privação do controle eclesiástico sobre a morte e sobre os mortos no Ocidente” e, dentro dessa nova ordem, consequentemente não há mais o convívio semanal dos vivos com os mortos nas igrejas. Para Caino e Roedel (2017), ele fica cada vez mais esparso com o tempo, fazendo com o que o elo da morte e Igreja fosse mudado para os vivos, aspecto que é reiterado por Oliveira (2018, p. 12) ao explicar que:

A partir da subordinação dos novos Campos Santos ao poder público, ou seja, à racionalidade administrativa do Estado, os mortos romperam elos simbólicos e seculares com a Igreja, que resguardava no princípio do sepultamento intramuros a garantia de salvação eterna das almas dos mortos. No entanto, a implementação dos novos espaços da morte – geralmente situados nas periferias das cidades – resultaria em mudanças profundas nas atitudes dos vivos diante da finitude humana, o que acarretou na alteração da sensibilidade coletiva frente ao destino dos mortos (Ibidem: 30).

A alteração tanto do local de inumação quanto dos rituais fúnebres acaba fazendo com que a perspectiva de morte se transforme, deixando de ser algo familiar às pessoas. Ao invés disso, de acordo com Oliveira (2018) passa a ser tratada com certa aversão e como um fenômeno separado do cotidiano, quase que imaginário. A inserção dos cemitérios seculares nas cidades influencia também a arquitetura cemiterial o que acaba gerando uma nova construção social a qual acaba segregando o lugar dos mortos, geralmente para as periferias dos centros urbanos, no entanto, o que isso traz para o resto das pessoas da sociedade é garantir que, em tese, todos os indivíduos (religiosos ou não) teriam acesso ao sepultamento secularizado (Oliveira, 2018).

No entanto, essas novas atitudes não impedem as pessoas de fé católica, por exemplo, principalmente as mais abastadas, de aproveitar o território para utilizar a arquitetura tumular para representar os símbolos da fé cristã. Para Oliveira (2018) é desse modo que a Igreja Católica permanece nos cemitérios, mesmo que sejam eles extramuros, já que segundo Dillmann (2013) o fato da igreja não estar mais gerindo tanto os sepultamentos quanto os locais deles não diminui a religiosidade das pessoas. Já a partir do século XX com a questão da modernidade e a mudança no “estilo de vida” da sociedade na qual tudo é mais “corrido” e

tempo é essencial, as pessoas já não tem mais tempo para a reflexão da morte. De acordo com Ariès (2014), a modernidade acaba por expulsar a morte do nosso cotidiano.

Diante disso a criação desses cemitérios abre possibilidades de as mais variadas fés se expressarem através de símbolos e de memória, principalmente com a personalização dos túmulos e jazigos, por exemplo, que podem ser construídos com os mais diversos materiais e dimensões. Para Nora (1993) os cemitérios estão diretamente ligados à memória não somente por existirem através de períodos históricos, mas também porque desde sua construção ele é configurado para perpetuar a memória de um indivíduo. Caino e Roedel (2017, p. 10) reiteram esse argumento afirmando que:

Além de um superartefato integrante da cidade, os cemitérios atuam como lugares de memórias sendo capazes de localizar o sujeito no mundo e promover perenes lembranças daquele que partiu. Finalmente, na frágil linha entre lembrança e esquecimento os túmulos surgem, geralmente, para corroborar o primeiro caso. A atitude de lembrar traz a figura do morto de volta à vida, mesmo em um ambiente embebido na morte, que é o cemitério. A lembrança é o que aciona uma série de relações dos vivos com a sepultura, estabelecendo novas ligações entre pessoas e túmulos que irão corporalizar e chamar de volta à vida aquele que partiu.

No caso dos cemitérios de guerra, como é o caso do Cemitério dos Degolados, eles não são necessariamente construídos, mas são consequências das ações dos seres humanos durante diversos períodos históricos, sejam eventos massivos como guerras mundiais ou pequenas batalhas regionais. Piovezan (2011) complementa que há uma tendência mundial, que se inicia no Brasil por volta da década de 1930, de proliferação de memoriais e também mausoléus coletivos destinados aos mortos tanto conhecidos quanto desconhecidos caídos em guerra, no sentido de homenagear e lembrar dessas pessoas.

Os conflitos armados e sangrentos costumam produzir valas comuns, corpos enterrados sem cabeças, e apenas depois são compreendidos como parte da história. Isso aconteceu com a Revolução Federalista e com muitos conflitos posteriores que utilizavam a degola e a decapitação como forma de luta – separar a cabeça do corpo, alma penada etc. Comum também era a prática de enviar a cabeça como recompensa para determinado sujeito da oposição como demonstração de poder⁵. O que temos que nos perguntar, talvez, é diante de tal construção

⁵ É o caso do Comandante Militar maragato Gumercindo Saraiva que foi assassinado pelos chimangos no combate de Carovi – RS e teve sua cabeça degolada e enviada ao governador Júlio de Castilhos, nesse meio tempo, seu filho Francisco Saraiva e alguns companheiros foram em busca de resgatar sua cabeça, história que inclusive virou um livro e posteriormente um filme. (Filme: A cabeça de Gumercindo Saraiva – 2018).

cultural, como mantemos a memória, pois em alguns casos, principalmente no Cemitério dos Degolados, os túmulos e o local em si não foram suficientes para eternizar a memória dos indivíduos que se encontram inumados ali.

Na concepção de Nora (1993, p.13) para que possamos perpetuar um local de memória é preciso que haja a vontade de preservá-la. Em suas palavras:

os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.

Caino e Roedel (2017, p. 06), auxiliam na compreensão desse processo, ao considerarem que “[...] o cemitério é um agente na memória, pois ativa lembranças, provoca os vivos a pensarem nos mortos, suscita curiosidades, seja por sua monumentalidade, iconografia e/ou antiguidade”. Esses aspectos consistem de maneira muito semelhante ao que conseguimos identificar ao analisar o Cemitério dos Degolados. Por décadas não houve o intuito de preservar essa memória e tudo o que temos de documentação atualmente é o que foi preservado a partir do momento que a sociedade percebe sua importância.

Os cemitérios de guerra se diferem dos demais pelo fato de que, independentemente da região, eles são resultados do conflito tanto direta quanto indiretamente. Alguns deles são soterrados e/ou “esquecidos”; outros, são tomados pelo crescimento de comunidades ou cidades emergentes (Lino, 2012). No entanto, os que conseguimos ter acesso são fontes primordiais para entender os conflitos nos quais foram inseridos. Alguns deles, como é o caso do Cemitério dos Degolados, estão intrincados na paisagem local de passagem, fora dos perímetros urbanos. Contudo, apesar de, talvez, não povoarem a memória daqueles que passam por eles, permanecem a povoar a paisagem mesmo depois dos conflitos.

Segundo Caino e Roedel (2017, p. 07), à medida que o tempo passa e as gerações se dispersam, o cemitério, ou melhor, as pessoas ali sepultadas, podem vir a ser o único vínculo de alguém com o lugar. Mesmo não havendo documentação das pessoas que estão inumadas no Cemitério dos Degolados, em Santo Augusto, nem inscrições, nem túmulos, nem registros de sepultamento oficiais, não significa necessariamente que em determinado momento esses indivíduos não tiveram significado para alguém.

O CEMITÉRIO DOS DEGOLADOS ENQUANTO PATRIMÔNIO

Em 1980, o Cemitério dos Degolados passou por um processo de patrimonialização na Prefeitura. Os patronos dos Centro Tradicionalista Gaúcho (CTG) e do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) da cidade de Santo Augusto, preocupavam-se em preservar este pedaço de memória e da história do Rio Grande do Sul, levando o caso à atenção da prefeitura da cidade. Com ênfase na importância de preservação do local, neste ano, segundo Oliveira (2000), o prefeito Alecrides Sant’Anna autorizou a limpeza do cemitério e a colocação de uma placa (Figura 1) explanando o evento e no ano de 1989 houve a aprovação da Lei nº 844 de 25 de maio de 1989 segundo a qual, pelo artigo primeiro (1º), o Cemitério dos Degolados tornou-se um Marco Histórico da cidade de Santo Augusto. Na imagem a seguir, consta a Placa do cemitério:

Figura 1 - Placa Original do Cemitério dos Degolados (1980).



Fonte: Oliveira (2000).

A questão sobre os Patrimônios Culturais, no entanto, é a sua complexidade, tanto de definição quanto do que deve ser preservado e como eles estão inseridos em cada cultura do mundo. Segundo Ferreira (2006, p. 79) tanto patrimônio quanto memória podem conter diversos sentidos e definições além das origens jurídicas dos termos, para a autora:

Abordado nessa condição de categoria de pensamento, o patrimônio pode ser compreendido como esse esforço constante de resguardar o passado no futuro; e para que exista patrimônio é necessário que ele seja reconhecido, eleito, que lhe seja conferido valor, o que se dá no âmbito das relações sociais e simbólicas que são tecidas ao redor do objeto ou do evento em si.

A partir do século XX, segundo Rocha (2012), inicia-se o processo de estabelecer o que é Patrimônio Cultural no Brasil e também os critérios de como proteger e preservá-lo por meio de comissões e conferências. Desde a primeira medida oficial tomada em 1936 até o artigo 216 da Constituição Federal Brasileira de 1988 há a preocupação com o Patrimônio Cultural Brasileiro, conforme consta na Carta Cidadã:

[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Segundo Lemos (1981, p. 08) quem trouxe a problemática da definição de Patrimônio Cultural foi o professor francês Hugues de Varine-Bohan, que sugere que ele “seja dividido em três grandes categorias de elementos”, a primeira categoria ou grupo seria dos recursos naturais, do meio ambiente; a segunda seria dos elementos não tangíveis, o conhecimento, o saber, o saber fazer, etc. e a terceira seriam bens culturais e artefatos, que englobam várias coisas, e segundo o autor, seria o grupo mais importante dos três.

É neste grupo ou categoria do qual o professor Varine-Bohan explana que este tema de pesquisa se encaixa, é um patrimônio histórico-cultural material e imaterial, pois ele está fisicamente lá, mas existem lendas que assombram os moradores do local o tornando um pouco místico (Lemos, 1981). Trazendo assim uma espécie de memória coletiva que se formou sobre o local, que Halbwachs (1990, p. 81-82) define como um fenômeno coletivo e social que se desenvolve em um quadro espacial e que retém do passado apenas “aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém.”.

Após ser possível distinguir e definir os patrimônios históricos, temos que nos perguntar como iremos preservá-los tanto em sua grandiosidade quanto em sua totalidade e veracidade

histórica. A preocupação em preservar os patrimônios históricos nem sempre é oriunda da mesma classe social, do mesmo objetivo ou até mesmo sobre a mesma categoria de artefato, no entanto, segundo Lemos (1981, p. 29):

[...] preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamentos de construções, especialmente aquelas sabidamente condenadas ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária.

O intuito de preservar um bem, seja ele material ou imaterial, considerado valioso, serve conjuntamente para que a memória daqueles que ainda vivem e dos que já foram também não seja perdida, principalmente em regiões nas quais os patrimônios históricos costumam ter uma ligação forte com a cultura e identidade local. Os cemitérios são ricas fontes de pesquisa, pois segundo Grassi (2016, p. 01), eles são:

[...] tomados como locais de construção de memórias individuais e coletivas, [...] podem ser tidos como resumos simbólicos das sociedades nas quais foram inseridos. Assim, representam um significativo campo para a valorização do patrimônio.

No caso do Cemitério dos Degolados, por um lado, segundo Oliveira (2000), temos um sítio que nos é apresentado por meio de uma memória tangível, pois podemos visitá-lo. Por outro lado, também temos memórias locais, individuais e coletivas e também do símbolo que ele representa. Tudo o que temos de documentação sobre a batalha que aconteceu no local são trazidas pelas memórias daqueles que vivenciaram aquele conflito e passaram adiante o seu conhecimento, a sua memória para os seus descendentes. Tal aspecto, em termos de preservação é essencial, pois, segundo Rocha (2012, p. 03), a memória herdada “pode ser considerada como um elemento pertencente ao sentimento de identidade, tanto individual quanto coletivo” e, com o auxílio dela, reconhecer acontecimentos passados relevantes para a História regional.

Mesmo que as pessoas que vivenciaram a origem do Cemitério dos Degolados não estejam mais vivas, elas vivem na memória de seus descendentes, e mesmo tendo sido deixado de lado por muitas décadas, o sítio ainda sobrevive e vive na memória e cotidiano das pessoas que habitam a região. Halbwachs (1990, p. 84) considera que:

Em todo o caso, uma vez que a memória de uma sociedade se esgota lentamente, sobre as bordas que assinalam seus limites, à medida em que seus membros individuais, sobretudo os mais velhos, desapareçam ou se isolem, ela não cessa de se transformar, e o grupo, ele próprio, muda sem cessar. É, aliás, difícil dizer em que momento uma lembrança coletiva desapareceu, e se decididamente deixou a consciência do grupo, precisamente porque, basta que se conserve numa parte limitada do corpo social, para que possamos encontra-la sempre ali.

Para Rocha (2012, p. 04) o patrimônio é “algo que recebemos do passado, vivenciamos no presente e transmitimos as gerações futuras”, e com o Cemitério dos Degolados conseguimos observar claramente que é um símbolo de identidade cultural da região, mesmo não tendo sido devidamente preservado desde sua origem. Segundo Gonçalves (2003), nesse caso não é possível tombar o acontecimento da origem do Cemitério dos Degolados, porém a memória se consegue preservar por meio de registros e acompanhamentos. O que acaba por acontecer em alguns casos, inclusive no caso do cemitério que está sendo analisado é a questão de mercadoria dos Patrimônios Culturais trazida por Gonçalves (2007, p. 244) na qual eles se transformam em locais de atração turística.

No entanto, essa sua condição de mercadoria está presente não apenas na possibilidade de ser alienado, mas efetivamente na sua condição de objeto de consumo turístico, portanto enquanto suporte de uma determinada imagem que é consumida: o passado nacional, a cultura popular, a cultura nativa, ou antigos bairros de uma cidade [...] (GUIMARÃES, 2004). Compramos essa imagem, ou essa “experiência”, quando visitamos um prédio, uma cidade, ou quando adquirimos suas reproduções. Os patrimônios sempre prometem algo mais do que eles mesmos: prometem a experiência de realidade ausente, distante, e que nos acena por meio de seus fragmentos – em outras palavras, trazem sempre uma promessa não cumprida de totalização.

Mesmo que talvez seja considerado por alguns um “turismo macabro”, quanto mais desenvolvermos estudos cemiteriais mais estaremos nos aprofundando e abrindo portas para mais pesquisas sobre o tema, o que acaba reiterando a importância histórica desses sítios. Segundo Grassi (2016, p. 01) quanto mais a população visite esses cemitérios tombados, mais haverá o espaço de promovermos a educação patrimonial, o que faz possível haver a sensibilização populacional sobre a importância da “preservação dos dispositivos funerários, a correlação com a história da cidade, suas personalidades, assim como o potencial enquanto patrimônio histórico, artístico e cultural”.

A QUESTÃO DA BOA MORTE

Observando a História através dos seus períodos percebemos a evolução da humanidade em vários campos de conhecimento. De acordo com Oliveira (2014), cada civilização, dos mais variados períodos históricos, criou particularmente seus rituais e símbolos funerários para cultuar e respeitar seus mortos de acordo com sua própria cultura. Há diversas maneiras de encarar a morte, como também de homenagear os mortos e de realizar os ritos funerários, certamente o contexto histórico em que os indivíduos se encontram ditam muito sobre esses meios de ritualização da morte, assim como as suas próprias culturas, observamos claramente isso desde as sociedades mais arcaicas até as mais modernas. Segundo Pereira (2009, p. 15):

Tão difícil quanto definir a morte é tentar traçar um panorama completo dos vários significados que a mesma assumiu nas sociedades e no tempo. A morte não se refere apenas ao homem, mas a tudo que o cerca, às sociedades, aos sistemas culturais, às tradições que findam e são reinventadas, a resistência ao futuro, à ruptura com o passado.

Da perspectiva histórica, a primeira percepção de morte vem principalmente dos acontecimentos sangrentos, batalhas, guerras, a morte violenta e massacres que são geralmente conhecidos no mundo todo pelas suas barbáries, no entanto, há mais o que se observar além disso, outras nuances em que ela está atrelada, tanto culturalmente quanto no cotidiano das pessoas.

Com a secularização dos cemitérios, principalmente ao analisarmos o catolicismo ocidental, Dillmann (2013) explana que há uma intensificação relevante do culto aos mortos no início do século XX que se caracteriza substancialmente pela dimensão cerimonial da morte, na qual um dos intuitos principais desses rituais fúnebres era a garantia do que o autor chama de “boa morte”, ou seja, o interesse dos indivíduos de cuidar dos assuntos religiosos comprando espaços nos cemitérios antecipadamente e construindo seus próprios jazigos e/ou catacumbas garantindo a perpetuação deles e juntamente com isso o desejo de estar preparado para morrer confortavelmente junto as famílias.

A partir dessas transformações culturais significativas, de acordo com Dillmann (2013, p. 278), a “boa morte, visualizada através do outro, através da experiência de morte de um ente querido, era aquela que vinha acompanhada do enterro em túmulos carregados de símbolos funerários, como os grandes jazigos em mármore branco [...]”, o que significa um meio de eternizar a memória dos entes queridos os tornando de uma forma ou de outra “imortais” ao mesmo tempo em que se valida uma posição social abastada, o que faz com que cada cemitério tenha sua própria identidade de acordo com as pessoas que são inumadas ali.

No entanto, na primeira metade do século XX coincide com esses movimentos os eventos da Revolução de 1923 e, consequentemente, forma-se o Cemitério dos Degolados que de certa forma apenas existe por seu propósito de inumação de soldadescos “esquecidos” em um dos locais do conflito armado. Já na segunda metade do século XX, Dillmann (2013) reflete que há uma tentativa social de esquecimento da morte, principalmente por conta dos avanços da medicina (ocidental) na qual os enfermos buscam “driblar” a morte a todo custo e prolongar sua expectativa de vida. A morte já não é mais tão aceita e começa a se tornar tabu, e a questão do “bem morrer” se reflete em uma morte clinicamente assistida, fazendo até com que os funerais se tornem menos lúgubres.

Os rituais de inumação no século XX, eram organizados e realizados pelos familiares dos falecidos, e, se caso o morto fosse membro de alguma irmandade religiosa que possuía um cemitério, pelo menos até o fim do período histórico do Brasil Império, a ele era garantido um bom lugar de inumação, e, se não fosse o caso, “poderiam ingressar com o “corpo presente” do defunto, mediante pagamento, desde que existissem catacumbas disponíveis. Por fim, era possível procurar um cemitério público.” (Dillmann, 2013, p. 17).

Porém, no caso do Cemitério dos Degolados, o cortejo fúnebre acerca da “boa morte e bem morrer” denominado por Dillmann é difícil de ser mensurado, pois se trata de um local marcado pela guerra e pela barbárie, pois não há um cortejo familiar para os mortos, não há ritualização religiosa e também não há como termos certeza de que os familiares desses homens inumados no local sequer saibam que é ali que eles se encontram após a morte. Logo, a luz metodológica e de problematização apresentada aqui nos leva a perceber o quão singular é esse sítio, tanto no significado do seu passado, quanto para a memória coletiva presente ainda na sociedade e da própria cidade de Santo Augusto, refletindo no imaginário de seus cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Cemitério dos Degolados, situado em Santo Augusto, RS, emerge como um espaço de significativa relevância histórica e cultural, refletindo as complexas interações entre memória, identidade e patrimonialização. A análise realizada ao longo deste trabalho evidencia que o cemitério não é um mero local de sepultamento, mas sim verdadeiro repositório de histórias, tradições e valores que moldam a identidade de uma comunidade.

A partir da pesquisa, ficou claro que uma futura patrimonialização tombada do Cemitério dos Degolados não apenas preservaria a memória dos que ali descansam, mas

também serve como um meio de educar as gerações atuais e futuras sobre a importância da história local. A conexão entre passado e presente, promovida por meio da valorização desse espaço, é fundamental para a construção de uma identidade coletiva que reconhece e respeita suas raízes.

Além disso, a reflexão sobre as práticas funerárias e os rituais associados à morte, que variam ao longo do tempo e entre diferentes culturas, enriquece nossa compreensão sobre como as sociedades lidam com a perda e a memória. O cemitério, portanto, se torna um lugar de aprendizado e de ressignificação, onde a história é constantemente recontada e reinterpretada.

Por fim, é imprescindível que a comunidade e as instituições locais se unam em esforços para a preservação e valorização do Cemitério dos Degolados, garantindo que ele continue a ser um espaço de memória e reflexão, contribuindo para a educação patrimonial e a sensibilização sobre a importância da história e da cultura local. A pesquisa sobre cemitérios, longe de ser um mero "turismo macabro", revela-se como uma oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre a humanidade e suas diversas formas de lidar com a vida e a morte.

REFERÊNCIAS

A CABEÇA de Gumercindo Saraiva. Tabajara Ruas. Brasil: 2018.

ARIÈS, P. **O homem diante da morte**. São Paulo, Unesp, 2014. Volume único.

BELLOMO, H. R. (org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2000.

BERTO, J. P. **Liturgias Da Boa Morte E Do Bem Morrer: Práticas E Representações Fúnebres Na Campinas Oitocentista (1760-1880)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2014.

BRASIL. **Decreto Nº. 72.312, de 31 de maio de 1973**. Promulga a Convenção sobre as Medidas a serem Adotadas para Proibir e impedir a Importação, Exportação e Transportação e Transferência de Propriedade Ilícitas dos Bens Culturais. Brasília, DF: Presidente da República, Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d72312.html > Acesso em: 18 mar 2023.

CAINO, T. C. A.; ROEDEL, L. A. Cidade, Cemitérios e Memória: Os Casos de Cruz Alta, RS e Belo Horizonte, MG. *In*: ENCONTRO NACIONAL ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS CEMITERIAIS. RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES: PRÁTICAS, VISÕES E CRENÇAS DIANTE DA MORTE E DO MORRER, 8., 2017, Florianópolis, **Anais [...]**. Florianópolis: UDESC, 2017.

DILLMANN, M. **Morte e práticas fúnebres na secularizada República: a Irmandade e o Cemitério de São Miguel e Almas de Porto Alegre na primeira metade do século XX**.

2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

FERREIRA, M. L. M. Patrimônio: Discutindo Alguns Conceitos. **Diálogos**, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006.

FÖETSCH, A. A.; OLIVEIRA, C. D. M. Geografia Simbólica Dos Cemitérios Em Perspectivas. **London Journal of Research in Humanities and Social Sciences**. v. 20. n. 3, 2020.

GONÇALVES, J. R. S. Os Limites do Patrimônio. In: LIMA FILHO, M. F.; ECKERT, C.; BELTRÃO, J. F. (org.). **Antropologia E Patrimônio Cultural: Diálogos E Desafios Contemporâneos**. Originalmente publicado em Estudos Históricos, v. 1, n. 2, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 239-248, 2007.

GONÇALVES, J. R. S. O Patrimônio Como Categoria De Pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (org.) **Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina. p. 25-33, 2003.

GRASSI, C. Estudos Cemiteriais. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

HALBWACHS, M. **A memória Coletiva**. Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990. 189 p. Título Original: La Mémoire Collective. ISBN: 85-7115-038-9.

LEMOES, C. A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. Editora Brasiliense. 1981.

LICKS, L. **O Cemitério dos Degolados de 1923: Uma História de Exclusão**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2023.

LINO, J. T. Heranças materiais de uma guerra: os cemitérios do Contestado, Sul do Brasil. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 19, n. 28, p. 13-30, dez. 2012.

MUMFORD, L. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. Tradução: Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Título original: The city in history – It's Origins, It's Transformations and It's Prospect. ISBN: 85.336-0847-0.

NASCIMENTO, F. L.; VILELA, P. F.; CARDOSO, M. D.; FALCÃO, M. D. Educação não formal: cemitério como espaço público para o ensino da Geografia. **Geografia Ensino e Pesquisa**, Santa Maria, v. 24, p. 1-31, 2020.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUCSP, dez. 1993.

OLIVEIRA, J. M. X. Morfologia da cidade: o cemitério como uma questão simbólica e espacial. **EFDeportes**, Buenos Aires, n. 198, nov 2014.

OLIVEIRA, L. Da Igreja ao Campo Santo: O Nascimento dos Cemitérios e o Monopólio da Morte no Brasil do Século XIX. In: ANAIS DO ENCONTRO INTERNACIONAL, 1.; ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: HISTÓRIA E PARCERIAS, 18., 2018, Rio de Janeiro, **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense Niterói, 2018.

OLIVEIRA, O. G. **Santo Augusto: 1815/20 até 1940**. Porto Alegre: Editora Evangraf. 1 ed. 2000.

PEREIRA, M. S. **Memória e Patrimônio: Os símbolos esquecidos no cemitério municipal de Soledade (1871 – 1935)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009.

PIOVEZAN, A. Cemitérios e Mausoléus Militares No Brasil: O Embate Entre o Laico e o Confessional. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2011.

REZENDE, E. C. M. **Cemitérios**. São Paulo: Necrópolis, 2007.

ROCHA, T. S. F. Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. *In*: ENCONTRO REGIONAL ANPUH-MG, 18., 2012, Mariana. **Anais [...]**. Mariana, 2012.

SANTO AUGUSTO (RS). **Lei nº 844/1989**. Dispõe Sobre o Reconhecimento, Criação e Denominação de Marcos Históricos do Município de Santo Augusto RS, e dá Outras Providências. Santo Augusto, RS, 1989.

SPRINGER, K. S.; PÉREZ, M. S.; JORGE, C. **Cemitérios: Desvendando os Espaços da Morte e Seus Signos**. São Francisco, set. 2005.